



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROJETO DE LEI N.º 6.212, DE 2023

(Do Senado Federal)

### URGÊNCIA - ART. 155 RICD

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para permitir a consulta pública do nome completo e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) das pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual, garantindo-se o sigilo do processo e das informações relativas à vítima, e a Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020, para determinar a criação do “Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais”; tendo parecer proferido em Plenário pela relatora designada das Comissões de: Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação, com Substitutivo (relatora: DEP. SORAYA SANTOS); Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, pela aprovação, na forma do Substitutivo adotado pela relatora da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (relatora: DEP. SORAYA SANTOS); e Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação, na forma do Substitutivo adotado pela relatora da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (relatora: DEP. SORAYA SANTOS). **EMENDA DE PLENÁRIO** – tendo parecer proferido em Plenário pela relatora designada das Comissões de: Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação, com Subemenda Substitutiva (relatora: DEP. SORAYA SANTOS); Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, pela aprovação, na forma da Subemenda Substitutiva adotada pela relatora da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (relatora: DEP. SORAYA SANTOS); e Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação, na forma da Subemenda Substitutiva adotada pela relatora da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (relatora: DEP. SORAYA SANTOS).

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE  
PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E  
FAMÍLIA;  
SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,  
RICD).

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Parecer proferido em Plenário pela relatora designada das Comissões de: Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Previdência, Assistência Social e Família; e Constituição e Justiça e de Cidadania:

- Substitutivo apresentado

- Emenda de Plenário

II - Parecer proferido em Plenário pela relatora designada das Comissões de: Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Previdência, Assistência Social e Família; e Constituição e Justiça e de Cidadania, à Emenda de Plenário:

- Subemenda Substitutiva apresentada

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para permitir a consulta pública do nome completo e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) das pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual, garantindo-se o sigilo do processo e das informações relativas à vítima, e a Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020, para determinar a criação do “Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais”.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** O art. 234-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 234-B. ....

§ 1º O sistema de consulta processual tornará de acesso público o nome completo do réu, seu número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e a tipificação penal do fato a partir da condenação em primeira instância, ressalvada a possibilidade de o juiz fundamentadamente determinar a manutenção do sigilo.

§ 2º Caso o réu seja absolvido em grau recursal, será restabelecido o sigilo sobre as informações a que se refere o § 1º.” (NR)

**Art. 2º** A Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“Art. 2º-A. É determinada a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais, sistema desenvolvido a partir dos dados constantes do Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro, que permitirá a consulta pública do nome completo e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) das pessoas condenadas por esse crime.



Parágrafo único. As informações a que se refere o **caput** serão inseridas no Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória e ficarão disponíveis para consulta pública pelo prazo de 10 (dez) anos após o cumprimento integral da pena, salvo em caso de reabilitação.”

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 8 de maio de 2024.

Senador Rodrigo Pacheco  
Presidente do Senado Federal





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.l&lt;br/&gt;ei:1940-12-07;2848">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.l ei:1940-12-07;2848</a>
<b>LEI Nº 14.069, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:202010-&lt;br/&gt;01;14069">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:202010- 01;14069</a>

## PARECER DE PLENÁRIO

### PROJETO DE LEI Nº 6.212, DE 2023

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para permitir a consulta pública do nome completo e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) das pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual, garantindo-se o sigilo do processo e das informações relativas à vítima, e a Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020, para determinar a criação do “Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais”.

**Autor:** SENADO FEDERAL - MARGARETH BUZETTI

**Relatora:** Deputada SORAYA SANTOS

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 6.212, de 2023, com origem no SENADO FEDERAL, mas de iniciativa da nobre Senadora MARGARETH BUZETTI, nos termos da sua ementa, pretende alterar “o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para permitir a consulta pública do nome completo e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) das pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual, garantindo-se o sigilo do processo e das informações relativas à vítima, e a Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020, para determinar a criação do ‘Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais’”.

A nobre Autora, na justificação do Projeto de Lei em tela, considerou a necessidade de “equilibrar os direitos envolvidos em processos de crimes cometidos contra a dignidade sexual, assegurando-se, de um lado, a intimidade da vítima, e, de outro, coibindo a prática de novos crimes, mediante a publicidade dos dados do condenado em 1ª instância por cometimento de um crime dessa natureza”.



Considerou que “a possibilidade de consulta processual pelo nome do condenado, com a devida identificação do crime tipificado na persecução penal, permite o acompanhamento dos casos pela população, colaborando para a transparência do sistema de justiça e para a prevenção de novos delitos” e, ainda, que “o acesso às informações pode incentivar denúncias e auxiliar na identificação de possíveis padrões de comportamento criminoso”.

Adiante, observou que “a legislação penal vigente, impossibilita a implementação dos referidos mecanismos tecnológicos no que tange aos crimes contra a dignidade sexual, pois a imposição generalizada de sigilo acaba por colocar no anonimato também os seus investigados”, uma vez que, “quando o procedimento ou a ação judicial corre sob sigilo processual, a pesquisa processual em nome do investigado, ou até mesmo condenado, torna-se ineficaz, anulando qualquer possibilidade do cidadão comum se precaver de novos atos criminosos, inclusive contra crianças e adolescentes”.

A nobre Autora traça, ainda, outras considerações, das quais cabe destacar que o Projeto de Lei “continua a preservar a intimidade da vítima de crimes contra a dignidade sexual, nos termos do atual art. 243- B do Código Penal, ao tempo em que passa a tornar públicos o nome e o tipo penal daquele indivíduo a partir da condenação em 1ª instância por esse tipo de crime, impedindo, deste modo, que o sigilo facilite novas práticas delitivas”, porque “uma das medidas de prevenção do crime contra a dignidade sexual é o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro”, “criado pela Lei nº 12.650, de 17 de maio de 2012, e atualizado pela Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020”, possibilitando que os condenados por esse tipo de crime sejam monitorados e impedidos de voltar a cometer essa violência”.

Como os dados do Cadastro, atualmente, não são públicos, “é fundamental alterar a lei atual para tornar público os dados do cadastro nacional de pessoas condenadas por crime de estupro”.

O Projeto de Lei em pauta foi recebido, em 8 de maio de 2024, pelo Ofício nº 361/2024 do Senado Federal, para revisão da Câmara dos



Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. Nessa mesma data foi apresentado em Plenário.

A matéria foi distribuída à CSPCCO, CPASF e CCJC (mérito e art. 54 do RICD).

Em 26 de agosto de 2024, foi aprovado o requerimento nº 1.772/2024, da Deputada SORAYA SANTOS, esta Relatora, solicitando urgência (art. 155, RICD) para o Projeto de Lei nº 6.212, de 2023, estando a matéria pronta para apreciação em Plenário.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

### II.1. Pressupostos de constitucionalidade

Inicialmente, observamos que inexistente qualquer objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade do Projeto de Lei nº 6.212, de 2023. A proposição atende aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar, nos exatos termos dos artigos 24, 48 e 61, todos da Constituição da República.

No que respeita à constitucionalidade material, também há harmonia entre as alterações propostas com as disposições da Lei Maior.

Com relação à juridicidade, o projeto revela-se adequado. O meio escolhido é apropriado para atingir o objetivo pretendido. O respectivo conteúdo possui generalidade e se mostra harmônico com os princípios gerais do Direito.

No tocante à técnica legislativa, as proposições se amoldam aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, alteração e consolidação das leis.

### II.2. Mérito





Relativamente ao mérito, entendemos que o projeto de lei sob análise deve ser aprovado, pois colabora para o aperfeiçoamento da legislação penal brasileira.

Nesse sentido, há de se perceber a importância em publicar os dados dos autores dos crimes contra a dignidade sexual, tipificados nos artigos 213, 214 e 217 a 232 do Código Penal; o que é buscado pelo acréscimo dos §§ 1º e 2º ao art. 234-B do mesmo diploma legal.

Se o *caput* desse art. 234-B manda que os crimes contra a dignidade sexual correrão em segredo de justiça, o § 1º a ser acrescido, reza que *“O sistema de consulta processual tornará de acesso público o nome completo do réu, seu número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e a tipificação penal do fato a partir da condenação em primeira instância, ressalvada a possibilidade de o juiz fundamentadamente determinar a manutenção do sigilo”*, enquanto o § 2º estabelece que *“Caso o réu seja absolvido em grau recursal, será restabelecido o sigilo sobre as informações a que se refere o § 1º”*.

Em complemento a essas alterações no Código Penal, na Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020, que criou o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro, será acrescido um art. 2º-A, determinando *“a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais, sistema desenvolvido a partir dos dados constantes do Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro, que permitirá a consulta pública do nome completo e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) das pessoas condenadas por esse crime”*.

Aperfeiçoando a proposição, será inserido um dispositivo no sentido de determinar a monitoração eletrônica do réu condenado.

Também louvamos a sugestão apresentada pelo Deputado MARANGONI, que aprimora a redação do § 1º proposto para o art. 234-B do Código Penal.

Nesse contexto, o projeto sob análise promove importantes e indubitáveis aperfeiçoamentos, pelo que merece prosperar.



#### II.4. Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.212, de 2023, com o substitutivo em anexo.

Na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.212, de 2023, nos termos do substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.212, de 2023, e do substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e, no mérito, pela aprovação do projeto, na forma do aludido Substitutivo.

Sala das Sessões, em        de        de 2024.

Deputada SORAYA SANTOS  
Relatora



**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO****SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.212, DE 2023**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para permitir a consulta pública do nome completo e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) das pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual, garantindo-se o sigilo do processo e das informações relativas à vítima, e a Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020, para determinar a criação do “Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais”.

**Autor:** SENADO FEDERAL – MARGARETH BUZETTI

**Relatora:** Deputada SORAYA SANTOS

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** O art. 234-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 234-B. ....

§ 1º O sistema de consulta processual tornará de acesso público o nome completo do réu, seu número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e a tipificação penal do fato a partir da condenação em primeira instância pelos crimes tipificados nos artigos 213, 214 e 217 a 232 do Código Penal, inclusive com os dados da pena ou da medida de segurança imposta, ressalvada a possibilidade de o juiz fundamentadamente determinar a manutenção do sigilo.

§ 2º Caso o réu seja absolvido em grau recursal, será restabelecido o sigilo sobre as informações a que se refere o § 1º.



§ 3º O réu condenado passará a ser monitorado por dispositivo eletrônico.” (NR)

**Art. 2º** A Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“Art. 2º-A. É determinada a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais, sistema desenvolvido a partir dos dados constantes do Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro, que permitirá a consulta pública do nome completo e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) das pessoas condenadas por esse crime.”

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala das Sessões, em        de        de 2024.

Deputada SORAYA SANTOS  
Relatora





## PROJETO DE LEI nº 6.212, DE 2023

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para permitir a consulta pública do nome completo e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) das pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual, garantindo-se o sigilo do processo e das informações relativas à vítima, e a Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020, para determinar a criação do “Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais”.

### EMENDA Nº \_\_\_\_

Dê-se nova redação ao § 1º do art. 234-B, do Projeto de Lei nº 6.212, de 2023, nos seguintes termos:

“Art. 234-B. ....

§ 1º O sistema de consulta processual tornará de acesso público o nome completo do réu, seu número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e a tipificação penal do fato a partir da condenação em primeira instância, **inclusive com os dados da pena ou da medida de segurança imposta**, ressalvada a possibilidade de o juiz fundamentadamente determinar a manutenção do sigilo.

.....”

### JUSTIFICAÇÃO

Conforme se verifica do texto incluído no PL n.6212/2023, a divulgação de informações processuais estará limitada ao nome completo do réu, seu CPF e a tipificação penal, que indicam a natureza da infração, mas não fornecem informações detalhadas sobre a penalidade aplicada. A inclusão dos dados da pena ou medida de segurança imposta representa um passo importante para garantir o direito à informação completa. Somente com a divulgação da pena imposta será possível que a sociedade tenha conhecimento exato das consequências jurídicas da condenação, assegurando maior transparência nas decisões judiciais e nas sanções aplicadas.

Apenas a tipificação penal do fato pode não ser suficiente para que a sociedade compreenda a gravidade da condenação ou as medidas punitivas aplicadas. O conhecimento da sanção específica é essencial para que o cidadão tenha uma visão clara





e precisa do resultado final do processo, o que fortalece a confiança no sistema de justiça e no princípio da publicidade.

A disponibilização de dados referentes à pena ou à medida de segurança imposta permite que a sociedade exerça um controle social mais efetivo sobre o cumprimento das sanções aplicadas pela justiça. Esse controle é fundamental em um cenário em que a percepção de impunidade é uma das principais causas de descontentamento popular com o sistema de justiça penal.

Ao permitir que a sociedade tenha acesso às informações sobre as sanções impostas, a emenda também contribui diretamente para a segurança pública. O conhecimento das penas ou medidas de segurança permite que os cidadãos tenham uma compreensão mais clara das respostas do Estado diante de condutas criminosas, o que pode, inclusive, gerar maior sensação de segurança.

A ausência de clareza sobre a penalidade aplicada pode criar uma percepção de que o Estado não está sendo rigoroso o suficiente no combate ao crime. Por outro lado, a transparência quanto às punições impõe um senso de previsibilidade sobre as consequências de atos ilícitos, o que pode atuar também como um fator de prevenção geral do crime, ao reforçar a noção de que as infrações são efetivamente punidas.

A divulgação pública de dados sobre as penas e medidas de segurança imposta é uma ferramenta essencial para pesquisas acadêmicas e formulação de políticas públicas voltadas para a segurança, o sistema prisional e a justiça criminal. O acesso a esses dados permite que pesquisadores, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil realizem estudos mais completos e precisos sobre o comportamento do sistema judicial e sobre a efetividade das penas aplicadas.

Isso pode impactar positivamente a elaboração de políticas públicas voltadas à melhoria do sistema penal, ao cumprimento das penas e à reintegração social de condenados. Com essas informações disponíveis, é possível analisar padrões de condenação, eficácia das medidas de segurança e tendências no cumprimento de penas, oferecendo uma base sólida para o aprimoramento das políticas de segurança pública.

A confiança da sociedade no sistema judicial é fortalecida quando há clareza nas informações e transparência nas decisões. Ao saber exatamente quais penas ou medidas de segurança foram aplicadas, o cidadão comum pode compreender de forma mais direta como o sistema de justiça penal está atuando. Isso contribui para a percepção de que a justiça está sendo feita de maneira justa e proporcional.

Além disso, em um cenário de crescente desconfiança das instituições públicas, a divulgação de dados da pena é uma maneira de mostrar que o sistema penal não só funciona, mas também é controlado e acessível à população, garantindo que todos tenham as informações necessárias para avaliar o desempenho das instituições de justiça.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal MARANGONI**

Nos casos em que são aplicadas medidas de segurança, a divulgação dessas informações é particularmente relevante para garantir que a sociedade saiba como o Estado está lidando com indivíduos que foram considerados inimputáveis ou que necessitam de tratamento específico. As medidas de segurança, por seu caráter preventivo e curativo, devem ser acompanhadas de perto por toda a sociedade, especialmente em casos de crimes graves cometidos por pessoas que não estão aptas a cumprir penas convencionais.

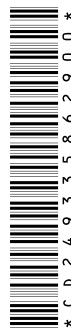
Com a divulgação dessas informações, a sociedade pode monitorar se tais medidas estão sendo cumpridas adequadamente e se o Estado está garantindo a proteção necessária ao indivíduo, enquanto resguarda a segurança coletiva.

A inclusão dos dados referentes à pena ou à medida de segurança imposta no sistema de consulta processual é uma medida de extrema relevância para a sociedade como um todo. Ela contribui para aumentar a transparência, permitir o controle social, melhorar o acompanhamento das decisões judiciais, reforçar a segurança pública, e fortalecer a confiança no sistema de justiça. Além disso, fornece uma base sólida para pesquisas e formulação de políticas públicas mais eficazes, promovendo o desenvolvimento de um sistema de justiça mais justo e acessível para todos.

A proposta atende ao interesse público ao permitir que os cidadãos tenham acesso a informações cruciais sobre a resposta do Estado às condutas criminosas, sem prejudicar os direitos fundamentais dos envolvidos no processo. Em um contexto de crescente demanda por transparência e *accountability*, essa medida é essencial para consolidar o papel da justiça no fortalecimento da democracia brasileira.

Sala das Sessões, 08 de outubro de 2024.

**Deputado Federal MARANGONI**  
União/SP



# PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 6.212, DE 2023

## PROJETO DE LEI Nº 6.212, DE 2023

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para permitir a consulta pública do nome completo e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) das pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual, garantindo-se o sigilo do processo e das informações relativas à vítima, e a Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020, para determinar a criação do “Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais”.

**Autor:** SENADO FEDERAL - MARGARETH BUZETTI

**Relatora:** Deputada SORAYA SANTOS

### I - VOTO DA RELATORA

Durante a discussão da matéria, foi apresentada uma emenda de Plenário, de autoria do ilustre Deputado Marangoni, que propõe que a divulgação de informações processuais não esteja limitada ao nome completo do réu, seu CPF e a tipificação penal, mas também informações detalhadas sobre a pena ou medida de segurança aplicada, a fim de que a sociedade tenha conhecimento exato das consequências jurídicas da condenação, assegurando maior transparência nas decisões judiciais e nas penalidades aplicadas.

Consideramos que a sugestão efetivamente aprimora o projeto, razão pela qual a acatamos na presente oportunidade.





Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, somos pela aprovação da Emenda de Plenário n. 1, com a subemenda substitutiva em anexo.

Na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, somos pela aprovação da Emenda de Plenário n. 1, na forma da subemenda substitutiva da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Emenda de Plenário n. 1 e, no mérito, pela sua aprovação, na forma da subemenda substitutiva da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Sala das Sessões, em        de        de 2024.

Deputada SORAYA SANTOS  
Relatora



## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

### SUBEMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 6.212, DE 2023

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para permitir a consulta pública do nome completo e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) das pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual, garantindo-se o sigilo do processo e das informações relativas à vítima, e a Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020, para determinar a criação do “Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais”.

**Autor:** SENADO FEDERAL – MARGARETH BUZETTI

**Relatora:** Deputada SORAYA SANTOS

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** O art. 234-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 234-B. ....

§ 1º O sistema de consulta processual tornará de acesso público o nome completo do réu, seu número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e a tipificação penal do fato a partir da condenação em primeira instância pelos crimes tipificados nos artigos 213, 216-B, 217-A, 218-B, 227, 228, 229 e 230 do Código Penal, inclusive com os dados da pena ou da medida de segurança imposta, ressalvada a possibilidade de o juiz fundamentadamente determinar a manutenção do sigilo.

§ 2º Caso o réu seja absolvido em grau recursal, será restabelecido o sigilo sobre as informações a que se refere o § 1º.



§ 3º O réu condenado passará a ser monitorado por dispositivo eletrônico.” (NR)

**Art. 2º** A Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“Art. 2º-A. É determinada a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais, sistema desenvolvido a partir dos dados constantes do Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro, que permitirá a consulta pública do nome completo e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) das pessoas condenadas por esse crime.

Parágrafo único. As informações a que se refere o *caput* serão inseridas no Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória e ficarão disponíveis para consulta pública pelo prazo de 10 (dez) anos após o cumprimento integral da pena, salvo em caso de reabilitação.”

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2024.

Deputada SORAYA SANTOS  
Relatora

